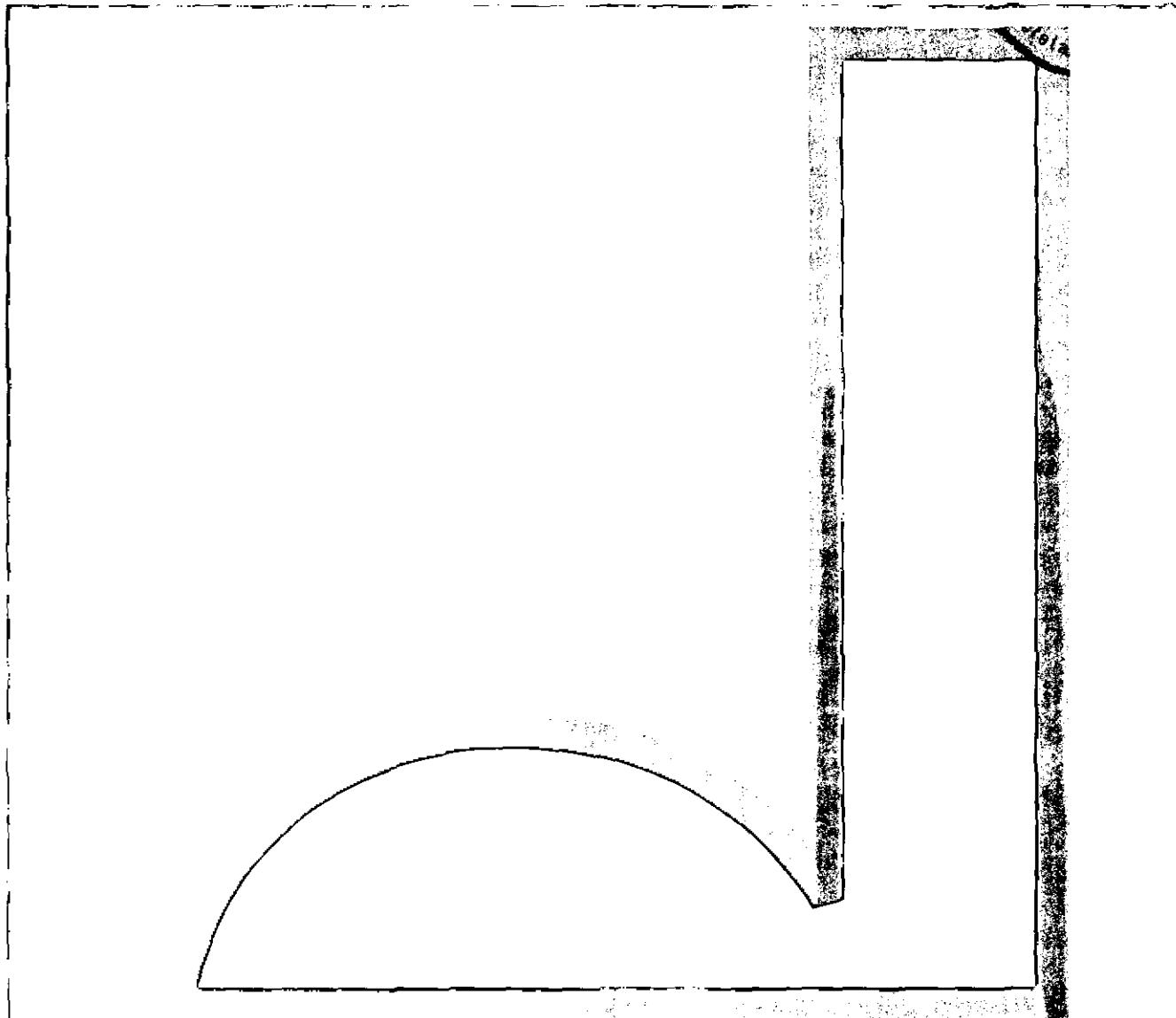




Governo Federal (F. do Brasil)



Ministério das Comunicações

NOVA YORK

SABADO, 13 DE MARÇO DE 2008

BRASÍLIA 09

MESA		
Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA 1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN 2º Vice-Presidente Ademir Andrade - Bloco - PA 1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB 2º Secretário Carlos Patrônio - PFL - TO	3º Secretário Nabor Júnior - PMDB - AC 4º Secretário Casildo Maldaner - PMDB - SC	Suplentes de Secretário 1º Eduardo Suplicy - Bloco - SP 2º Ládio Coelho - PSDB - MS 3º Jonas Pinheiro - PFL - MT 4º Marlúcio Pinto - PMDB - RR
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor ⁽¹⁾ Romeu Tuma - PFL - SP Corregedores Substitutos ⁽¹⁾ Ramez Tebet - PMDB - MS Vago Lácio Alcântara - PSDB - CE	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores ⁽²⁾ Amir Lando - PMDB - RO Ramez Tebet - PMDB - MS Alberto Silva - PMDB - PI Djalma Bessa - PFL - BA Bernardo Cabral - PFL - AM	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder José Roberto Arruda Vice-Líderes Romero Jucá Moreira Mendes	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Líder Jader Barbalho Vice-Líderes José Alencar Iris Rezende Amir Lando Ramez Tebet Gilberto Mestrinho Renan Calheiros Vago Vago	LIDERANÇA DO PSDB - 14 Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Osmar Dias Pedro Piva Romero Jucá
LIDERANÇA DO PFL - 21 Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Romeu Tuma Eduardo Siqueira Campos Mozarildo Cavalcanti Vago Vago	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) - 13 Líder Heloísa Helena Vice-Líderes Sebastião Rocha José Eduardo Dutra Antônio Carlos Valadões (Vago)	LIDERANÇA DO PPB - 2 Líder Leomar Quintanilha Vice-Líder Vago
		LIDERANÇA DO PPS - 3 Líder Paulo Hartung Vice-Líder Vago
		LIDERANÇA DO PTB - 1 Líder Arlindo Portela

(1) Reeleitos em 2-4-1997

(2) Designação: 30-06-1999

EXPEDIENTE	
Agenor da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Cláudionor Moura Nunes	Raimundo Correia Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo
Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações Júlio Werner Pedroso	Diretora da Subsecretaria de Atos Denise Ortega de Souza
Diretor da Subsecretaria Industrial	Diretora da Subsecretaria de Tipografia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 35, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a “Rádio Emissora Botucaraí Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caçoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.....	05328
Nº 36, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à “Sociedade Rádio Ternura Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibitinga, Estado de São Paulo.....	05328
Nº 37, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão da “Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.....	05328
Nº 38, de 2000, que aprova o ato que outorga permissão a “Sociedade Vale do Araguaia de Comunicação Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Palmas, Estado do Tocantins.....	05328

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 21ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE MARÇO DE 2000

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Pareceres

Nºs 255 a 265, de 2000, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 71, 73, 80, 82, 83, 89, 96, 97, 102, 104, 106, de 2000, respectivamente, que solicitam informações a Ministros de Estado.....	05329
---	-------

Nº 266, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1999 – Complementar (nº 248/98-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências....	05335
--	-------

2.2.2 – Ofícios

Nº 4/2000, de 23 do corrente, da Liderança do PSB no Senado Federal, comunicando o desligamento do Partido Socialista Brasileiro do Bloco Parlamentar de Oposição, a partir do próximo dia 27 de março do corrente. À publicação.....	05346
---	-------

Nº 5/2000, de 23 do corrente, da Liderança do PSB no Senado Federal, comunicando a transferência da Liderança daquele partido ao Senador Roberto Saturnino, a partir do próximo dia 27 de março do corrente. À publicação.....	05346
--	-------

Nº 28/2000, de 22 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar de Oposição, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.972-11, de 2000.	05346
---	-------

2.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2000, de autoria do Senador Moreira Mendes, que de-	
--	--

nomina "Aeroporto Jorge Teixeira de Oliveira" o Aeroporto de Porto Velho, na Capital do Estado de Rondônia. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....

05346

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1995 (nº 1.681/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.....

05347

2.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 142, de 2000, da Senadora Marina Silva, solicitando a retirada do Requerimento nº 116, de 2000, de sua autoria, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 149 e 320, de 1999. Deferido. Os projetos retornam à Comissão de Educação, em decisão terminativa.....

05347

2.2.5 – Comunicações da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 71, 73, 80, 82, 83, 89, 96, 97, 102, 104 e 106, de 2000, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha, Ademir Andrade, Gerson Camata e da Senadora Heloísa Helena, solicitando informações a Ministros de Estado.....

05347

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados....

05347

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1999, de autoria do Senador Gilvam Borges, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados.

05347

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 1999, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que concede isenção de contribuição social para o produtor rural e altera a alíquota do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS incidente sobre a remuneração de empregados rurais e dá outras providências, rejeitado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ao Arquivo.....

05347

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 470, de 1999, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com vistas a financiar a construção ou aquisição de moradias nas áreas rurais, rejeitado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ao Arquivo.....

05347

Término de prazo, ontem, com apresentação das Emendas nºs 4 a 7, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1999 (nº 4.767/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, para exame das emendas.

05347

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Realização, amanhã, de audiência pública na Estação Experimental de Citricultura de Bebedouros/SP, em cooperação com a Sociedade Rural Brasileira e o Cade. Considerações sobre o desligamento do PSB do Bloco de Oposição.

05348

SENADOR RAMEZ TEBET – Comentários sobre a Campanha da Fraternidade, promovida pela Igreja Católica.

05349

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Análise comparativa entre a teoria do processo de evolução social da humanidade, formulada pelo pensador norte-americano Alvin Tofler, e o modelo educacional brasileiro.

05350

2.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 143, de 2000, de autoria do Senador Lício Alcântara, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 545, 665 e 681, de 1999, por versarem sobre o mesmo assunto. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

05353

2.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Importância da revitalização da Sudene para o processo de redução das desigualdades regionais.....

05353

SENADOR MAURO MIRANDA – Registro de Seminário realizado no Senai de Taguatinga-DF, quando foi elaborado o projeto denominado "Alavancagem do Mercoeste", bloco integrado pelo Distrito Federal e os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás, tendo por objetivo o desenvolvimento auto-sustentado da região.

05356

Março de 2000

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 25 05327

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Comemoração, hoje, dos 156 anos de nascimento do Padre Cícero, o “Patriarca de Juazeiro”..... 05357
2.3 – ENCERRAMENTO
3 – ATA DE COMISSÃO
7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 23 de março de 2000..... 05358

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à "Rádio Emissora Botucarai Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.079, de 16 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 20 de fevereiro de 1995, a permissão outorgada à "Rádio Emissora Botucarai Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de março de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à "Sociedade Rádio Ternura Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibitinga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 368, de 10 de julho de 1997, que renova por dez anos, a partir de 14 de fevereiro de 1989, a permissão outorgada à "Sociedade Rádio Ternura Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibitinga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de março de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão da "Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de setembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da "Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de março de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão à "Sociedade Vale do Araguaia de Comunicação Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Palmas, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 15, de 8 de março de 1999, que outorga permissão à "Sociedade Vale do Araguaia de Comunicação Ltda." para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Palmas, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de março de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 21ª Sessão Não Deliberativa em 24 de março de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Carlos Patrocínio e Ramez Tebet

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Primeiro-Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER Nº 255, DE 2000

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 71, de 2000.

Relator: Senador Carlos Patrocínio

I – Relatório

A Senadora Heloísa Helena com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 71, de 2000, no qual solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan, pedido de cópias de todos os documentos relacionados com o processo nº 13802.000402/97-16, da Receita Federal.

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 73, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário.

mento nº 71, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER Nº 256, DE 2000

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 73, de 2000.

Relator: Senador Carlos Patrocínio

I – Relatório

A Senadora Heloísa Helena com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 73, de 2000, no qual solicita que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, Dr. Raul Jungmann, solicitação de cópia atualizada do cadastro fundiário nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A análise desses dados permite compreender a situação, a evolução e a tendência da propriedade fundiária no campo.

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 73, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER Nº 257, DE 2000**Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 80, de 2000.**

Relator: Senador Carlos Patrocínio

I – Relatório

O Senador Leomar Quintanilha com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 80, de 2000, no qual solicita ao Senhor Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações referentes às atividades envolvendo Organismos Geneticamente Modificados (OGM):

1 – a relação dos produtos contendo organismos geneticamente modificados ou derivados de OGM já autorizados por esse Ministério;

2 – se esse Ministério conta com quadro técnico especializado para uma atuação eficiente na área de OGM, e como está estruturado e dimensionado esse quadro técnico;

3 – se já foram elaborados normas específicas referentes a alimentos contendo organismos geneticamente modificados ou derivados de OGM;

4 – como está sendo realizada a fiscalização e o monitoramento das atividades envolvendo OGM e o contingente de pessoal envolvido;

5 – como tem se dado a capacitação dos técnicos desse Ministério e a programação de treinamento prevista para os próximos anos.

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 80, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado da Saúde.

Sala das Sessão, 24 de março de 2000. – **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER Nº 258, DE 2000**Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 82, de 2000.**

Relator: Senador Carlos Patrocínio

I – Relatório

O Senador Leomar Quintanilha com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 82, de 2000, no qual solicita ao Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações referentes às atividades envolvendo organismos geneticamente modificados (OGM):

1 – se as liberações de OGM (liberações planejadas e comerciais) autorizadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) foram ou estão sendo objeto de licenciamento ambiental, conforme preconiza a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);

2 – a relação das liberações já licenciadas e em processo de licenciamento;

3 – se o Conama já editou resolução específica para o licenciamento as atividades que envolvam organismos geneticamente modificados;

4 – se para o licenciamento ambiental dessas atividades está sendo exigida a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA);

5 – apresentar cópia dos termos de referência do Eia/Rima relativos ao licenciamento de atividades envolvendo OGM;

6 – se o órgão licenciador competente desse Ministério, o Instituto do Meio Ambiente e os Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), conta com quadro técnico especializado no assunto;

7 – como está estruturado e dimensionado o quadro técnico responsável pela análise dos processos de licenciamento ambiental referentes às atividades envolvendo OGM;

8 – como está sendo realizada a fiscalização e o monitoramento das liberações de OGM no ambiente já autorizadas pela CTNBio, e o contingente de pessoal envolvido;

9 – como tem se dado a capacitação dos técnicos desse Ministério e a programação e treinamento prevista para os próximos anos.

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder

Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 82, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER Nº 259, DE 2000

Da Mesa do Senado Federal sobre Requerimento nº 83, de 2000

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

O Senador Ademir Andrade, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Sampaio Malan, as seguintes informações:

1 – A íntegra do documento feito pelo Ministério solicitando à Empresa de Consultoria Booz Allen & Hamilton do Brasil a realização de estudos sobre modelagem para a reestruturação da atuação das instituições financeiras públicas federais;

Considerando os estudos apresentados pela Empresa de Consultoria Booz Allen & Hamilton do Brasil ao Ministério e que foram remetidos ao Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais (COMIF):

2 – Quais sugestões foram apresentadas para implementações de políticas agrícola, habitacional, de desenvolvimento regional, comércio exterior e de acesso bancário à população e no que se refere à concessão eficiente de crédito?

3 – Foram apontadas superposições de funções entre as instituições financeiras públicas federais? Em caso positivo, que tipo de superposições? Entre quais instituições?

Sobre o Banco da Amazônia:

4 – Quais foram os pontos críticos identificados pelos consultores em relação à execução de seus objetivos?

5 – Qual o diagnóstico em relação a sua carteira de crédito?

6 – O documento diagnóstico aponta necessidade de reestruturação nas áreas meio? Em que setores?

7 – O que é apontado em relação às atividades do Banco no mercado de fomento? E na área comercial?

8 – O documento diagnóstico mostra que o Banco sobrevive, enquanto instrumento de fomento, sem carteira comercial?

9 – O diagnóstico aponta para reestruturação nas agências? Em caso positivo, em quais aspectos?

10 – O estudo aponta para redução de pontos de atendimento? Em caso positivo, em quais localidades? Por que razões?

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 83, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER Nº 260, DE 2000

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 89, de 2000.

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

O Senador Ademir Andrade, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitados do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. Rodolpho Tourinho Neto, os devidos esclarecimentos acerca dos estudos em elaboração e da proposta de portaria da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que regulamentará o exercício da atividade de revendedor varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo e outros combustíveis automotivos, na qual solicita-se urgência na tramitação desta Proposição, tendo em vista

que a ANP noticia que emanará o ato normativo no próximo dia 3 de março deste ano.

Assim, considerando que o art. 12 da dita minuta de portaria, objeto de consulta pública pela rede Internet, determina que as empresas distribuidoras de combustíveis poderão ser proprietárias de até dez por cento dos postos de revenda de sua bandeira em cada Unidade da Federação, ou de postos que sejam responsáveis por até quinze por cento do volume de combustíveis comercializado sob sua bandeira em cada Unidade da Federação, que será definido como a menor das duas opções mencionadas, indaga-se:

a) Como impedir que, dentro desses percentuais, os postos das distribuidoras se concentrem numa mesma área, que pode ser um bairro da capital ou um município de médio e pequeno porte, dentro do respectivo estado, dominando os preços naquele local?

b) Quantas são as distribuidoras existentes hoje no mercado brasileiro, classificadas em (1) ordem de volume de negócios e (2) dominação de mercado?

Considerando, outrossim, que os atuais postos de revendas utilizam-se de "bandeiras de distribuidoras", indaga-se:

a) Quais as maiores bandeiras, em número de postos de revendas existentes, e como encontram-se repartidas pelo território nacional?

b) Existe carência em algum lugar do território nacional de postos de combustíveis, onde e por quê? Ao contrário, há lugares com abundância? Onde e porquê?

Por fim, considerando que com a nova Portaria, se revogará a Portaria de nº 9, de 16 de janeiro de 1997, que determina, em seu art. 10, que "é vedado às distribuidoras o exercício da atividade de revendedor varejista, salvo quando o posto revendedor se destinar ao treinamento de pessoal", indaga-se:

a) Como se manterá a obrigação das distribuidoras de prestarem a assistência de treinamento de pessoal aos revendedores que usam a respectiva bandeira?

b) Quais os mecanismos para se evitar a verticalização do setor econômico, vez que, as distribuidoras poderão exercer a atividade de revendas, e serão também, responsáveis pela exploração de petróleo e quicá o refinamento?

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 89, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER Nº 261, DE 2000

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 96, de 2000.

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

A Senadora Heloísa Helena, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do inciso I do art. 216 do Regimento Interno, requer seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Alcides Tápias, o seguinte requerimento de informações:

Haja vista que a Medida Provisória nº 1.845-22, de 18 de novembro de 1999, restringiu a compra de automóveis com incentivos fiscais apenas para aqueles modelos movidos a combustíveis renováveis e que o parque industrial brasileiro produz poucos automóveis neste padrão:

1 – Qual a produção de veículos movidos a combustíveis renováveis no Brasil, por empresa, marca e modelo (nos anos de 1999 e 2000, até o mês da resposta)?

2 – Neste universo total, quais modelos oferecem câmbio automático como acessório?

3 – Existe alguma previsão deste Ministério em relação à oferta de veículos movidos a combustíveis renováveis no País a curto prazo?

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Exe-

cutivo, bem como as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 96, de 2000, ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER Nº 262, DE 2000

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 97, de 2000.

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

A Senadora Heloísa Helena, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja encaminhado ao Senhor Ministro da Justiça, Dr. José Carlos Dias, o seguinte requerimento de informações:

Haja vista que a Medida Provisória nº 1.845-22, de 18 de novembro de 1999, restringiu a compra de automóveis com isenção de IPI apenas para aqueles modelos movidos à combustíveis renováveis e que o parque industrial brasileiro produz poucos automóveis à álcool, e os modelos disponíveis não possuem câmbio automático:

1 – Qual o número oficial de deficientes físicos existentes no Brasil?

2 – Destes, quantos possuem carteira de habilitação?

3 – Quantos são proprietários de automóveis?

4 – Como este Ministério tem se posicionado em relação ao problema colocado acima, no sentido de garantir o direito de ir e vir da pessoa portadora de deficiência?

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravel-

mente ao encaminhamento do Requerimento nº 97, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER Nº 263, DE 2000

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 102, de 2000.

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

O Senador Ademir Andrade, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer:

Considerando a competência do Ministério da Fazenda no repasse dos recursos do Fundef, conforme prevê o art. 3º da Lei nº 9.424/96:

“Os recursos do Fundo previsto no art. 1º serão repassados, automaticamente, para contas únicas e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculadas ao Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira de que trata o art. 93 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.”

E ainda o art. 3º do Decreto nº 2.264/97:

“Compete ao Ministério da Fazenda efetuar o cálculo da complementação anual devida pela União do Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério em cada Estado e no Distrito Federal.”

Sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Doutor Pedro Sampaio Malan, as seguintes informações:

1 – a totalidade dos recursos recolhidos pelo Fundef dos Estados e Municípios, por Unidade da Federação;

2 – a totalidade dos recursos distribuídos pelo Fundef aos Estados e Municípios, por Unidade da Federação, incluindo os do próprio Fundo e os relativos à complementação por parte do Governo Federal;

3 – os valores dos recursos relativos à complementação por parte do Governo Federal aos Estados e Municípios, por Unidade da Federação;

4 – dentro dos dados reais, quanto foi repassado para ser gasto por aluno, nos Estados e Municípios, por Unidade da Federação.

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 102, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER Nº 264, DE 2000**Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 104, de 2000.**

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

O Senador Gerson Camata com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 104, de 2000, no qual solicita ao Senhor Ministro da Justiça, Dr. José Carlos Dias, as seguintes informações:

1 – Qual o efetivo da Polícia Federal que tem prestado segurança pessoal a autoridades do Estado do Espírito Santo, nos últimos seis meses?

2 – Quais as personalidades do Estado que estão sendo protegidas?

3 – Quanto custa mensalmente aos cofres públicos tal proteção?

4 – Quem as solicitou e quem as concedeu?

5 – Se esses serviços de proteção pessoal estão prejudicando as atividades normais da Polícia Federal, tais como: combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao

encaminhamento do Requerimento nº 104, de 2000, ao Senhor Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator .

PARECER Nº 265, DE 1999**Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 106, de 2000.**

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

A Senadora Heloísa Helena com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 106, de 2000, no qual requer que seja encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia, solicitação de todas informações às quais o Ministério tenha tido acesso referentes ao relatório que, segundo notícias divulgadas pela imprensa, está sendo analisado pelo Parlamento Europeu, e que apresenta os resultados de investigações sobre a rede de espionagem dirigida pela NSA (Agência Nacional de Segurança dos EUA) chamado “Echelon”.

Requer, ainda, que o Ministério das Relações Exteriores informe se solicitou formalmente ao Parlamento Europeu cópia do citado relatório, e se procurou averiguar a procedência das denúncias sobre o uso dessa rede de espionagem para obtenção de informações sobre a licitação realizada pelo Governo brasileiro para a contratação de empresa fornecedora de bens e serviços para o Projeto Sivam e sobre a privatização de empresas estatais de telecomunicações.

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 106, de 2000, ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

PARECER N° 266, DE 2000

Da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sobre a emendas de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 43, de 1999 – Complementar (n° 248/98, complementar na origem), de iniciativa do Presidente da República, que disciplina a perda de cargo de público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências.

RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ

1. RELATÓRIO

Recebeu o Projeto de Lei da Câmara n° 43, de 1999 – Complementar (PLP n° 248, de 1998, na origem), de autoria do Poder Executivo, que “*Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências*”, em Plenário, as Emendas n° 2 a 33, que vão discriminadas no anexo que integra o presente parecer.

É o relatório.

2. VOTO DO RELATOR

As emendas apresentadas dividem-se, essencialmente, em dois grupos. O primeiro reúne alterações no processo de avaliação e o segundo inclui diversas categorias dentre as que desenvolvem atividades exclusivas de Estado.

Esclarecendo que a manifestação sobre cada emenda encontra-se no anexo a esse parecer, pronunciamos pela rejeição das pertencentes ao primeiro grupo considerando que elas, efetivamente, buscam ou detalhar exageradamente a proposição, o que é inconveniente para um diploma legal de caráter nacional, ou estabelecer critérios que iriam, na prática, inviabilizar a realização do processo de avaliação de desempenho dos servidores públicos, imprescindível para a eficiência e a valorização do serviço público.

Quanto às emendas que visam a incluir servidores na listagem constante do art. 15 da proposição, também opinamos pela sua rejeição, uma vez que a relação que já integra o projeto, na redação dada pela Emenda nº 1, aprovada por esta Comissão, cobre, de forma completa e exaustiva, as atividades exclusivas de Estado.

Assim sendo, opinamos pela rejeição das Emendas de Plenário nº 2 a 33, apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1999 – Complementar.

Sala da Comissão, 22 de março de 2000.

ASSINARAM O PARECER, EM REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MARÇO DE 2000, OS SENHORES SENADORES:

- 01 – JOSÉ AGRIPINO – Presidente
- 02 – ROMERO JUCÁ - Relator
- 03 – SÉRGIO MACHADO
- 04 – DJALMA BESSA
- 05 – BERNARDO CABRAL
- 06 – ÁLVARO DIAS
- 07 – MOREIRA MENDES
- 08 – ÉDISON LOBÃO
- 09 – LUZIA TOLEDO
- 10 – IRIS REZENDE
- 11 – FRANCELINO PEREIRA
- 12 – ROMEU TUMA
- 13 – BELLO PARCA (assina sem voto)

ANEXO AO PARECER N° , DE 2000
EMENDAS DE PLENÁRIO APRESENTADAS AO PLC N° 43, DE 1999 – COMPLEMENTAR

Emenda	Qtd.	Assunto	Tipo	Conteúdo	Unidade	Justificativa
02	4º	Senador Rocha	Sebastião M	Estabelece o prazo de três meses de antecedência para que o servidor seja informado das normas e padrões do processo de avaliação de desempenho.	R	Trata-se de detalhamento que não cabe numa proposição de caráter geral e nacional, como a presente.
03	4º	Senador Rocha	Sebastião M	Altera os critérios de avaliação de desempenho e dá-lhes peso.	R	Trata-se de detalhamento que não cabe numa proposição de caráter geral e nacional, como a presente.
04	4º	Senador Saturnino	Roberto A	Aumenta atenuantes que devem ser levados em conta no processo de avaliação de desempenho.	R	A matéria já está implícita na proposição, sendo desnecessária a alteração.
05	4º	Senador Rocha	Sebastião M	Estabelece escala de pontuação para o processo de avaliação de desempenho.	R	Trata-se de detalhamento que não cabe numa proposição de caráter geral e nacional, como a presente.
06	5º	Senador Saturnino	Roberto M	Estabelece critérios e garantias especiais para avaliação do servidor que desenvolve atividades exclusivas de Estado.	R	A questão já está adequadamente equacionada na proposição, não necessitando ser alterada. A alteração acabaria inviabilizando o processo de avaliação.
07	5º	Senador Rocha	Sebastião M	Prevê que todos os servidores integrantes da comissão de avaliação sejam estáveis.	R	Trata-se de detalhamento que não cabe numa proposição de caráter geral e nacional, como a presente.
08	5º	Senador Rocha	Sebastião A	Prevê que, no caso de não ocorrer avaliação, o servidor receberá o conceito "excente".	R	Trata-se de detalhamento que não cabe numa proposição de caráter geral e nacional, como a presente.
09	5º	Senador Rocha	Sebastião A	Prevê a substituição do chefe imediato na comissão de avaliação na hipótese de ele não ser estável.	R	A presença do chefe imediato no processo de avaliação é necessária e oportuna. Trata-se da pessoa mais qualificada para fazer a avaliação.
10	5º	Senador Rocha	Sebastião M	Explicita a forma de acesso do servidor avaliado às diversas fases do processo de avaliação.	R	Trata-se de detalhamento que não cabe numa proposição de caráter geral e nacional, como a presente.
11	5º	Senador Rocha	Sebastião M	Prevê que o servidor seja notificado do resultado da avaliação "pessoalmente".	R	Trata-se de detalhamento que não cabe numa proposição de caráter geral e nacional, como a presente.
12	11	Senador Rocha	Sebastião M	Estabelece que o servidor com avaliação insuficiente será "passível de demissão" e não "demitido".	R	A decisão de demitir ou não o servidor com desempenho insuficiente não pode ser discricionária, sob o risco de viciar o processo.
13	11	Senador Rocha	Sebastião M	Aumento o número de concursos "insuficiente" necessários para a demissão do servidor estável.	R	A norma prevista na proposição é adequada e não necessita ser alterada.

Nº	Vit.	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer	Justificação
14	Novo	Senador Sebastião Rocha	A	Veda a realização de nova avaliação de desempenho, caso não tenham sido corrigidas as deficiências indicadas ou oferecido treinamento.	R	A proposição já determina a realização prioritária das ações para corrigir as deficiências. A alteração não é necessária.
15	12	Senador Rocha	Sebastião A	Fixa critérios para que a autoridade responsável decida pela não exoneração de servidor público com avaliação insuficiente.	R	Trata-se de detalhamento que não cabe numa proposição de caráter geral e nacional, como a presente.
JUCA ROMERO	15	Senador Romeu Tuma	M	Coloca em incisos a listagem de categorias que exercem atividades exclusivas de Estado.	R	A alteração não é necessária e dificultaria a negociação para aprovação da proposição.
FEDERAL	15	Senador Mauro Miranda	M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as de Engenheiro, Arquiteto, Agrônomo e cargos similares.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
Gabinete do SENADO FEDERAL	15	Senador Saturnino	Roberto M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as de nível superior e intermediário que compõem o sistema de auditoria e controle interno.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
19	15	Senador Saturnino	Roberto M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as de fiscalização de serviços técnicos, projeto e obras de infra-estrutura de transportes.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
20	15	Senadora Heloisa Helena	M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as de magistério superior.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
21	15	Senador Heloisa Helena	M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as de profissionais de educação das instituições federais de ensino.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
22	15	Senador Tião Viana	M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as de controle, avaliação e auditoria do Sistema Único de Saúde.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
23	15	Senador Andrade Ademir	M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as de Orientador de Projetos de Assentamento, Técnico de Cadastro Rural, Técnico em Colonização e Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
HERO JUCA	15	Senador Lúcio Alcântara	M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as da área-fim do Arquivo Nacional.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.

Ementa	Nº	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer	Justificação
FEDERAL do Senador RONALDO CUNHA	25	Senador Artur da Távola	M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
FEDERAL do Senador FEDERAL do Senador RONALDO CUNHA	26	Senador Artur da Távola	M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as de Ciência e Tecnologia.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
SENADO FEDERAL do Senador RONALDO CUNHA	27	Senadores Saturino e Antônio Carlos Valadares	M	Inclui, dentre as atividades exclusivas de Estado, as do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.	R	A categoria proposta não contém o caráter indelegabilidade da ação estatal.
SENADO FEDERAL do Senador RONALDO CUNHA	28	Senador Jader Barbalho	M	Permite a definição das atividades exclusivas de Estado por resolução dos Tribunais, no respectivo âmbito.	R	As resoluções dos tribunais são apenas decisões administrativas, diferentemente daquelas das casas legislativas que são lei, em sentido material. Não é possível igualá-las.
SENADO FEDERAL do Senador RONALDO CUNHA	29	Senador Jader Barbalho	A	Veda submeter ao regime de que trata a Lei nº 9.962, de 2000, os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado.	R	A matéria é estranha à presente proposição, que não trata de regime jurídico de servidor público.
SENADO FEDERAL do Senador RONALDO CUNHA	30	Senador Romeu Tuma	M	Prevê que o processo de avaliação do servidor que exerce atividades exclusivas de Estado levará em consideração o histórico funcional do servidor e seu desempenho individual, bem como o desempenho do órgão em que está lotado.	R	Trata-se de detalhamento que não cabe numa proposição de caráter geral e nacional, como a presente.
SENADO FEDERAL do Senador RONALDO CUNHA	31	Senador Lucio Alcântara	M	Estabelece critérios e garantias especiais para avaliação do servidor que desenvolve atividades exclusivas de Estado.	R	A questão já está adequadamente equacionada na proposição, não necessitando ser alterada. A alteração acabaria inviabilizando o processo de avaliação.
SENADO FEDERAL do Senador RONALDO CUNHA	32	Senador José Eduardo Dutra	M	Estabelece critérios e garantias especiais para avaliação do servidor que desenvolve atividades exclusivas de Estado.	R	A questão já está adequadamente equacionada na proposição, não necessitando ser alterada. A alteração acabaria inviabilizando o processo de avaliação.
SENADO FEDERAL do Senador RONALDO CUNHA	33	Senador Sebastião Rocha	M	Prevê a contagem dos prazos em dias úteis.	R	A contagem de prazos em dias corridos já é praxe nesse tipo de procedimento, segundo as normas que presidem o processo administrativo, que se baseiam nas aplicações aos processos judiciais.

LÉGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA**LEI N° 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000.**

Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

.....

EXTRATO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000, SOBRE AS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 43/99.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) –

Passa-se ao Item nº 2 da pauta:

Emendas nºs 2 a 33, de plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1999, Projeto de Lei 00248, de 98, na origem, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Romero Jucá, que oferece parecer pela rejeição de todas as emendas.

Solicito ao Senador Edison Lobão que proceda à leitura do relatório de S. EX^a para que possamos apreciar a matéria.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, cumpro, portanto, a designação de V. EX^a, lendo o relatório de autoria do Senador Romero Jucá.

Recebeu o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1999, complementar, de autoria do Poder Executivo, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências, em plenário, as Emendas nº 2 a 33, que vão discriminadas no anexo que integra o presente parecer.

É o relatório.

Voto do Relator.

As emendas apresentadas dividem-se, essencialmente, em dois grupos. O primeiro reúne alterações no processo de avaliação e o segundo inclui diversas categorias dentre as que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, esclarecendo que a manifestação sobre cada emenda encontra-se no anexo a este parecer.

Pronunciamos pela rejeição das pertencentes ao primeiro grupo, considerando que elas, efetivamente, buscam ou detalhar exageradamente a proposição, o que é inconveniente para um diploma legal de caráter nacional, ou estabelecer critérios que iriam, na prática, inviabilizar a realização do processo de avaliação de desempenho dos servidores públicos, imprescindível para a eficiência e a valorização do serviço público.

Quanto às emendas que visam incluir servidores na listagem constante do art. 15 da proposição, também opinamos pela sua rejeição, uma vez que a relação que já integra o projeto na redação dada pela Emenda nº 1, aprovada por esta Comissão, cobre, de forma completa e exaustiva, as atividades exclusivas de Estado.

Assim sendo, opinamos pela rejeição das emendas de Plenário de nºs 2 a 33 apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 43 de 1999, Lei Complementar.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – O parecer conclui pela rejeição de todas as emendas. O parecer está em discussão. (Pausa)

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se há possibilidade de solicitação de destaque para duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – É evidente que há.

O SR. ÁLVARO DIAS – Então solicito destaque para a Emenda nº 31 e também para a Emenda nº 29.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – O Senador Álvaro Dias submete à apreciação do Plenário requerimento de destaque para votação em separado para as Emendas nºs 29 e 31.

Submeto ao Plenário o pedido de destaque para votação em separado do Senador Álvaro Dias.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovado.

Está, portanto, em votação o parecer do Senador Romero Jucá lido pelo Senador Edison Lobão sem prejuízo dos destaques aprovados, as Emendas nºs 29 e 31.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam o parecer do Senador Romero Jucá queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o destaque para a Emenda nº 29, destacada para votação em separado.

As Sr^as e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator , que é contrário à Emenda nº 29 queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do Relator contra o voto do Senador Álvaro Dias.

Em votação o destaque para a Emenda nº 31 que tem parecer contrário do Relator, Senador Romero Jucá.

.....

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Encerrada a discussão, vamos colocar a matéria em votação nominal, para evitar pedidos de verificação e para esclarecer definitivamente o escore da votação.

Quem vota “Sim” vota com o Relator; quem vota “Não” vota pelo destaque. Esclarecendo, portanto: quem vota “sim” vota pelo parecer do Relator e contra a emenda destacada.

(procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - O Senador Edison Lobão funcionou como relator *ad hoc* e manifestou o seu voto claramente, está gravado e consta das notas taquigráficas, o seu voto é com o relator.

(CONTINUA A VOTAÇÃO)

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Pela ordem, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Se não me falha a memória, houve entendimento nesta Comissão de que os ausentes não poderiam deixar o seu voto registrado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Os ausentes considerados aqueles que não tivessem proclamado o seu voto por escrito, o Senador Edison Lobão proclamou o seu voto no processo de discussão e está gravado.

É uma situação completamente diferente.

(CONTINUA A VOTAÇÃO)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – O Senador Antonio Carlos Valadares deixou o voto consignado, é verdade. S. Ex^a. vota não.

(CONTINUA A VOTAÇÃO)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Proclamo o resultado:

Votos “sim” – 06 votos.

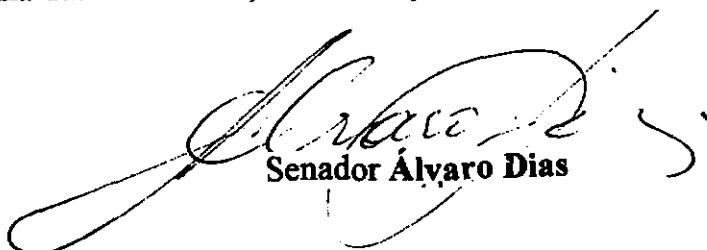
Votos “não” – 07 votos.

A emenda foi aprovada.

REQUERIMENTO N° 8-CCJ

Nos termos do disposto no Artigo 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro Destaque para votação em separado do(a) EMENDA N° 31-PLEN AO PLC N° 43/99

Sala das Comissões, 22 de março de 2000.



Senador Álvaro Dias

Aprovado o Requerimento e a Emenda nº 31-PLEN, no âmbito da CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENTA: Sessão Plenária N° 43, de 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO			X	1. CARLOS BEZERRA			
RENNAN CALHEIROS			X	2. AGNELO ALVES			
IRIS REZENDE			X	3. GILVAN BORGES			
JADER BARBALHO				4. LUIZ ESTEVÃO			
JOSE FOGAÇA				5. NEY SUASSUNA			
PEDRO SIMON				6. WELLINGTON ROBERTO			
RAMEZ TEbet				7. JOSE ALENCAR			
ROBERTO REQUIÃO				8. VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL			X	1. MOREIRA MENDES			
JOSE AGRIPIÑO			X	2. DAIMA BESSA			
EDISON LOBAO	X			3. BELLO PARGA			
FRANCELINO PEREIRA				4. JUVENCIO DA FONSECA			
ROMEUTUMA				5. JOSE JORGE			
MARIA DO CARMO ALVES				6. MOZARILDO CAVALCANTI			
TITULARES - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS			X	1. ARTUR DA TAVOLA			
CARLOS WILSON			X	2. PEDRO PIVA			
LUCIO ALCANTARA			X	3. LUIZ PONTES			
LUZIA TOLEDO				4. ROMERO JUCA			
SERGIO MACHADO	X			5. GERALDO LESSA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ANTONIO C. VALADARES (PSB)			X	1. SEBASTIAO ROCHA (PDT)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				2. MARINA SILVA (PT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)				3. HELOISA HELENA (PT)			
JEFFERSON PERES (PDT)			X	4. EDUARDO SUPICCY (PT)			

TOTAL: 13 SIM: 6 NAO: 7 ABSTENÇÃO: —

Sala das Reuniões, em 22/03/2000

SENADOR JOSE AGRIPIÑO
Presidente

É A SEGUINTE A EMENDA DESTACADA E APROVADA PELA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA:

EMENDA Nº 31-PLEN

Dê-se ao art. 16 do PLC nº 43, de 1999, a seguinte redação:

“Art. 16. A perda do cargo do servidor a que se refere o artigo anterior, em decorrência do disposto nesta Lei Complementar, somente ocorrerá mediante processo administrativo, na forma do art. 11, assegurados ao servidor os seguintes critérios e garantias especiais:

I – a comissão de avaliação, observado o disposto no art. 5º, será composta exclusivamente por servidores da mesma carreira ou categoria funcional do servidor avaliado;

II – o servidor que receber um conceito de desempenho insuficiente somente será submetido a nova avaliação após participação em treinamento nas escolas de governo de que trata o § 2º do art. 39 da Constituição, durante o qual ser-lhe-á garantida a percepção de todos os seus direitos e vantagens, considerando-se efetuado o treinamento no caso de o servidor recusar-se expressamente a participar dele;

III – o processo administrativo de que trata o *caput* somente poderá ser instaurado na hipótese de o servidor receber três conceitos sucessivos ou interpolados de desempenho insuficiente computados nos últimos cinco anos;

IV – no caso de o processo administrativo decidir pela perda do cargo, será assegurado ao servidor recurso hierárquico especial, com efeito suspensivo, para a autoridade máxima do órgão ou entidade a que estiver vinculado ou, se essa detiver a competência originária para o ato de demissão, para o Chefe do Poder ao qual o servidor estiver vinculado, que o decidirá no prazo de trinta dias, observado o princípio do contraditório e a ampla defesa.”

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 4/2000 – GLPSB

Brasília, 23 de março de 2000

Sr. Presidente,

Com cordiais cumprimentos, vimos pelo presente, com base no disposto no art. 61 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, comunicar a V. Ex^a o desligamento do Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Bloco Parlamentar de Oposição a partir do próximo dia 27 de março do corrente.

Cordialmente, Senador Antonio Carlos Valadares – Senador Ademir Andrade – Senador Roberto Saturnino.

OF. Nº 5/2000 – GLPSB

Brasília, 23 de março de 2000

Sr. Presidente,

Com cordiais cumprimentos, vimos pela presente, com fulcro no disposto no § 6º do art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal, comunicar a V. Ex^a a transferência da Liderança do Partido Socialista Brasileiro (PSB) ao Exmº Sr. Senador Roberto Saturnino a partir do próximo dia 27 de março do corrente.

Cordialmente. – Senador Antonio Carlos Valadares – Senador Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 28/2000 – GLDPT

Brasília, 22 de março de 2000

Sr. Presidente,

Comunico a V. Ex^a que estou indicando a Senadora Emilia Fernandes para, em substituição ao meu nome, compor a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.972-11, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

Ao ensejo, renovo protestos de estima e consideração. – Senadora Heloisa Helena, Líder do Bloco Parlamentar de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2000

Denomina “Aeroporto Jorge Teixeira de Oliveira” o Aeroporto de Porto Velho, na Capital do Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Aeroporto Jorge Teixeira de Oliveira” o Aeroporto de Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de homenagear a figura do Coronel Jorge Teixeira, um dos mais ilustres homens públicos da história do Estado de Rondônia.

Governador do então Território Federal de Rondônia, cargo que assumiu em 1979, Jorge Teixeira logo demonstrou sua incansável disposição de lutar pelo desenvolvimento da região, ao tornar real o sonho dos rondonienses: ver sua terra transformada em estado.

Como primeiro governador do estado, imprimiu seu dinamismo no processo de criação do aparato institucional que viabilizou o efetivo funcionamento do novo estado, aí incluídas a instalação do Tribunal de Justiça e da Assembléia Constituinte e a criação do Banco do Estado de Rondônia e da Companhia de Mineração de Rondônia. Entre outras realizações, deu início à construção das usinas hidroelétricas do Rio Ávila e de Samuel e da usina termelétrica Fausto Vaz Guimarães, medidas de inegável importância para o desenvolvimento da economia da região.

Lembramos, por oportuno, que foi ele, como governador, que inaugurou as instalações do então Hangar do Governo, que veio a tornar-se o Aeroporto de Porto Velho.

É com orgulho, portanto, que propomos dar o nome de Jorge Teixeira ao principal aeroporto do estado, como uma justa forma de perpetuar sua memória.

Ressaltamos que a proposição não acarretará os problemas econômicos e de segurança que vitimavam outros projetos envolvendo a alteração de nome

de aeroportos, uma vez que é preservada a designação original.

Nesse sentido, solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – Senador **Moreira Mendes**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 142, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da alínea a do art. 256 do Regimento Interno, a retirada do Requerimento nº 116, de 2000, de minha autoria.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – **Maria Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência deferiu o requerimento que acaba de ser lido.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 149 e 320, de 1999, retornam à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou os Requerimentos nºs 71, 73, 80, 82, 83, 89, 96, 97, 102, 104 e 106, de 2000, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha, Ademir Andrade, Gerson Camata e da Senadora Heloisa Helena, solicitando informações a Ministros de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que altera o Art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

– Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1999, de autoria do Senador Gilvam Borges, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho;

– Projeto de Lei do Senado nº 401, de 1999, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que concede isenção de contribuição social para o produtor rural e altera a alíquota do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS incidente sobre a remuneração de empregados rurais e dá outras providências; e

– Projeto de Lei do Senado nº 470, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera o art. 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com vistas a financiar a construção ou aquisição de moradias nas áreas rurais.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 32 e 258, de 1999, aprovados terminativamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, respectivamente, vão à Câmara dos Deputados; os Projetos de Lei do Senado nºs 401 e 470, de 1999, rejeitados pela Comissão de Assuntos Econômicos, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1995 (nº 1.681/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1999 (nº 4.767/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Ao projeto foram oferecidas quatro emendas, que vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

São as seguintes as emendas recebidas:

EMENDAS (de plenário)

Oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1999 (nº 4.767/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

EMENDA Nº 4 – PLEN

Inclua-se no art. 11 do PLC nº 34, de 1999, o seguinte inciso V:

"Art. 11.

.....

V – os edifícios públicos deverão afixar indicações em braille nas entradas de todas as dependências de uso coletivo."

Justificação

Esta emenda visa sanar uma omissão do PLS nº 34/99, de maneira a beneficiar os portadores de deficiência visual, facilitando seu deslocamento no interior dos edifícios públicos.

Sala de Sessões, 24 de março de 2000. – Senador **Roberto Saturnino**.

EMENDA Nº 5 – PLEN

Acrescente-se no art. 13 do PLC nº 34, de 1999, o seguinte inciso IV:

"Art. 13.

.....

IV – os botões externos e internos dos elevadores, com indicação dos números dos andares, terão, adicionalmente, marcação em braille."

Justificação

Esta emenda visa a sanar uma omissão do PLS nº 34/99, de maneira a beneficiar os portadores de deficiência visual, facilitando seu deslocamento no interior dos edifícios públicos.

Sala de Sessões, 24 de março de 2000. – Senador **Roberto Saturnino**.

EMENDA Nº 6 – PLEN

Dê-se ao art. 15 do PLC nº 34, de 1999, a seguinte redação:

"Art. 15. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar as possibilidades de financiamento, com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), da adequação de imóveis de uso privado às exigências contidas nesta lei."

Justificação

O texto original do art. 15 é o oriundo da Câmara dos Deputados incorrem no mesmo equívoco: estabelecem percentual para reserva imobiliária a fim de atender aos portadores de deficiência. Apesar do mérito social, a medida é complementamente inócuas, pois não há como o Governo obrigar a iniciativa priva-

da a congelar um número fixo de imóveis para uma clientela com poder de compra incerto.

Muito mais efetivo para a salvaguarda dos direitos dessa clientela é o próprio Estado garantir financiamento para as adequações necessárias nos imóveis disponíveis no mercado.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – Senador **Roberto Saturnino**.

EMENDA Nº 7 – PLEN

Inclua-se no art. 21 do PLC nº 34, de 1999, o seguinte inciso:

"Art. 21.

.....

IV – ao subsídio para obtenção de equipamentos, instrumentos e materiais destinados ao uso exclusivo e específico das pessoas portadoras de deficiência."

Justificação

Tendo em vista a situação financeira da maioria das pessoas portadoras de deficiência e dos altos custo dos equipamentos por elas utilizados, torna-se imprescindível a criação de programas de financiamento que viabilizem a aquisição subsidiada dos mecanismos necessários à superação de eventuais dificuldades motoras e sensoriais.

Sala das Sessões, 24 de março de 2000. – Senador **Roberto Saturnino**.

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.*)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, desejo comunicar que, por designação do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ney Suassuna, nós, Senadores de São Paulo – Pedro Piva, Romeu Tuma e eu -, participaremos, amanhã, de audiência pública que será realizada na Estação Experimental de Citricultura de Bebedouros, em cooperação com a Sociedade Rural Brasileira e o CADE, cujo Presidente, Gesner de Oliveira, designou dois membros, Conselheiros, Procurador e assessores para dela participarem. Ouviremos os pequenos, médios e grandes produtores de laranja. Essa será uma primeira etapa de audiência.

Sr. Presidente, com relação ao requerimento que acaba de ser lido, da Bancada do Partido Socia-

lista Brasileiro, indicando para Líder o Senador Roberto Saturnino e comunicando o desligamento do Partido do Bloco de Oposição, gostaria de registrar que nós, do Partido dos Trabalhadores, respeitamos a decisão do Partido Socialista Brasileiro, em virtude de algumas considerações que nos foram transmitidas pelos Senadores Roberto Saturnino, Ademir Andrade e Antonio Carlos Valadares. S. Ex's avaliam que ao PSB seria interessante ter condições de se pronunciar pela palavra do seu Líder e não apenas pela palavra do Bloco. Entretanto, S. Ex's fizeram questão de ressaltar que pretendem manter afinidade com o Partido dos Trabalhadores e com os demais Partidos que formam o Bloco de Oposição.

Tendo em vista decisão semelhante do PPS, gostaria de manifestar que nós do PT pretendemos atuar com muita afinidade com o PSB, com o PDT e, na medida do possível, com o PPS.

Era essa a comunicação que avaliei importante ser feita, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Ramez Tebet, por permuta com o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, tenho ouvido, nos últimos dias, importantes pronunciamentos de eminentes Colegas do Senado da República sobre a Campanha da Fraternidade, que foi desencadeada pela Igreja Católica há mais de 30 ou 40 anos e que, sem dúvida, objetiva congregar, unir, levar sua solidariedade e aproximar os seres humanos.

Todos nós temos de louvar o enfoque verdadeiramente ecumênico da Campanha da Fraternidade deste ano, em que mais de seis igrejas cristãs se associam à Igreja Católica, para, irmadas, lutar, cada vez mais, por um mundo melhor.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é importante que nos integremos, de corpo e alma, nessa Campanha, principalmente porque estamos vivendo um novo milênio, que desejamos seja melhor. Desejamos que a humanidade seja mais próspera, mais feliz, que não haja tanta miséria, tanta pobreza e tanta injustiça social e que não exista mais a escuridão de uma favela ao lado das luminárias de palácios pomposos e luxuosos.

Custamos a acreditar que até a assistência social vem sendo invertida no mundo em que hoje estamos vivendo. Dói no coração de um ser humano ver o que acontece, por exemplo, nas favelas das grandes metrópoles deste País. Essas favelas abrigam cida-

dãos brasileiros humildes, verdadeiramente trabalhadores, mas abrigam também marginais, que são, às vezes, os verdadeiros administradores dessas comunidades. E isso acontece porque a miséria campeia; porque quem lhes leva o remédio é o narcotraficante, o bandido; porque quem, às vezes, leva-lhes o livro escolar não é o Poder Público, mas sim aquele que, desgarrado, explora o sofrimento do irmão, engana-o e o ludibriá quando lhe acena com esses pequenos favores, que são importantes para aquelas famílias, porque dizem respeito à sua própria sobrevivência.

Isso é triste, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores! Estamos vendo que o mundo está a necessitar, cada vez mais, de união, de fraternidade. Vivemos num clima de profunda violência no Brasil e no mundo inteiro.

Nesta Casa, ainda nesta semana, ouvi, por exemplo, o relato do Senador Ney Suassuna, que só não perdeu seus familiares porque tem a graça de possuir, como ele próprio afirmou, um carro blindado. Quem não tem em sua família um caso para contar de violência, de arbitrariedade ou de assalto?

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, que sonho bonito viver o novo milênio sem exclusão! Este é um sonho que todos nós gostaríamos que se tornasse realidade: viver o ano 2000 – ano tão decantado e tão comemorado – sem exclusões, sem subemprego, sem desempregados, sem mendigos, sem crianças nas ruas, sem crianças fora da escola, sem crianças órfãs, sem crianças atiradas ao relento.

Deveremos, sim, aderir a essa Campanha, que representa, no mínimo, uma esperança de dias melhores. Esse é um chamamento da sociedade brasileira e do mundo inteiro, para que haja uma verdadeira comunhão entre os povos, uma verdadeira solidariedade entre a nossa gente. Dignidade e paz, sim! Quanta gente vive, hoje, Sr. Presidente, num mundo de indignidade, num submundo, em favelas, excluídos, sem ter o que comer, sem ter o que vestir! Então, no mínimo, a campanha comandada por essas Igrejas cristãs objetiva aquilo que é indispensável para que possamos obter dias melhores no mundo: a conscientização da sociedade e dos países ricos, que precisam ter compreensão com os países pobres. Estamos vivendo num mundo cujo processo de globalização, eu sei, é irreversível. Mas sei também – todos sabem – que se trata de uma globalização tremendamente cruel, que está subjugando cada vez mais os países que querem crescer e se desenvolver.

Ainda ontem, estive na tribuna do Senado da República falando sobre o salário mínimo, pedindo aos Líderes e ao Presidente da República que não o

regionalizassem – e felizmente não o fizeram -, pois, do contrário, haveria um êxodo das cidades e Estados pequenos para locais mais ricos. E o Brasil é imenso! O Brasil possui um território enorme, que precisa ser ocupado. Precisamos crescer, precisamos nos desenvolver.

Sei que o salário mínimo anunciado, de R\$151, vem demonstrar que essa campanha da fraternidade se torna, neste momento, cada vez mais imperiosa, chamando todos para que nela se integrem de corpo e alma, a fim de que possamos dar as mãos aos nossos irmãos mais sofridos. Positivamente, R\$151 pode ser até o salário mínimo possível, mas é um salário mínimo ridículo. Houve aumento de R\$0,50 por dia no salário do trabalhador brasileiro. Como vamos, agindo dessa maneira, eliminar as injustiças sociais existentes no País?

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu não poderia deixar, nesta manhã de sexta-feira, de registrar a minha solidariedade e o meu empenho. Quero – e vou – me integrar nessa campanha, como todos devemos fazer. Somos políticos, somos responsáveis pelo destino dos nossos concidadãos. Quem decide o valor do salário mínimo é a classe política e, por isso, na maioria das vezes ela não é compreendida, e a sociedade descarrega sobre ela suas angústias e sua dor.

A política é uma atividade que tem o poder de decidir. Política, como dizia o saudoso Ulysses Guimarães citando um filósofo alemão, é questão de vida ou de morte. É importante, sim, valorizar-se a classe política, mas quando se vive um quadro de extrema penúria, miséria e desigualdade, como o do Brasil e de outros países do mundo, onde uns poucos têm muito e a maioria nada tem, é muito natural que haja, praticamente, uma revolta contra a classe política, apesar do idealismo dos nossos esforços, do nosso trabalho e da nossa luta.

Quem não quer um mundo melhor? Mas, Sr. Presidente, é preciso trabalhar muito para que isso aconteça; digo, até, que é preciso renúncia de parte da sociedade, renúncia de poucos para que muitos possam ter uma melhor qualidade de vida. Assim, está duro sobreviver!

Sr. Presidente, temos dois Brasis, o pobre e o rico, mas também os temos no sentido legal. Quem analisar nossa Constituição constatará que vivemos uma democracia perfeita, com as instituições e os poderes funcionando livremente. Constitucionalmente, o salário mínimo deve atender às necessidades básicas e prementes de uma família brasileira, e

deve atender o indispensável à sobrevivência humana: alimentação, saúde, educação, moradia e lazer. Porém, na prática, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, positivamente isso não acontece: R\$151 é uma injustiça profunda contra a sociedade brasileira.

Teço essas considerações no instante em que vejo quanto é oportuna a Campanha da Fraternidade – que existe há cerca de quarenta anos, por iniciativa da Igreja Católica –, à qual se juntam mais seis Igrejas cristãs, com o objetivo de ajudar o nosso próximo, de alertar todos, de chamar a atenção da Humanidade: "Um milênio sem exclusão". Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, quem nos dera! Que Deus ajude que isso aconteça.

De minha parte, digo a V. Ex^a e às Sr's e aos Srs. Senadores que me ouvem que vai ser muito difícil que este milênio comece sem exclusão; vai ser muito difícil levantarmos as mãos para o céu e dizermos que, felizmente, todos nós conseguimos viver em uma Pátria mais justa, mais humana, mais feliz e mais cristã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Pedro Simon. (Pausa.)

O Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Ramez Tebet, gostaria de enaltecer o pronunciamento de V. Ex^a. Na realidade, todos devemos louvar, admirar e, sobretudo, participar de maneira efetiva, envidando todos os esforços possíveis para que possamos ter um novo milênio, um novo século com o mínimo possível de exclusão.

V. Ex^a assegura, com muita propriedade: "É muito difícil." Nós temos que mudar até as tendências das pessoas para que possam não apenas exigir que alguém faça alguma coisa pelo seu próximo, mas que todos façam algo. É isso que desejam a Igreja Católica e as demais Igrejas cristãs, envolvidas de corpo e alma na Campanha da Fraternidade que se iniciou na Quaresma em curso.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, uma das teorias que melhor analisam o processo de evolução social da Humanidade é, sob meu ponto de vista, a formulada pelo ilustre pensador nor-

te-americano Alvin Toffler. Realmente, considero a idéia da sucessão de ondas, de mudança, um modelo didático perfeitamente acessível à compreensão de qualquer cidadão comum.

Como alguns dos nobres Colegas talvez não tenham lido *Terceira Onda*, e outros não se recordem, resumo aqui os padrões de transformação que cada onda, segundo Alvin Toffler, trouxe aos principais aspectos da vida humana.

A *primeira onda*, baseada no extrativismo e na agricultura, foi a mais demorada. Espalhou-se por milênios, abrangendo não só a Pré-História, mas também a Antigüidade e os séculos que se seguiram. Essa onda prevaleceu até a metade da Idade Contemporânea. Como as atividades eram principalmente ligadas à terra, o símbolo da primeira onda é a enxada.

A *segunda onda* é consequência da Revolução Industrial, que se iniciou em 1760, na Inglaterra, de onde se expandiu por todo o mundo. Trouxe em seu bojo a urbanização, a burguesia e o capitalismo; promoveu mudanças na estrutura agrária e o declínio da terra como fonte de riqueza; a invenção das máquinas que aceleraram a produção; o uso de novas fontes de energia; o desenvolvimento dos transportes e da comunicação; a aplicação da ciência na indústria. Como a sociedade industrial surgiu e teve seu auge com a segunda onda, o símbolo que a ela mais se adequa é a linha de montagem.

Por volta de 1950, desencadeia-se a *terceira onda*, na qual predomina a sociedade do conhecimento. A revolução da informação altera o relacionamento dos indivíduos, não mais encurtando as distâncias, mas eliminando-as. O computador é o símbolo da atual era, na qual estamos inseridos.

A classificação das nações, de forma abrangente, em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, corresponde às três ondas de Alvin Toffler, de acordo com a atividade econômica predominante. Países como o Brasil, no entanto, sofrem, no interior de suas fronteiras, o embate dos três movimentos citados. Esse verdadeiro conflito é o que mais identifica a existência dos diferentes patamares culturais e econômicos do nosso povo, comparados pelos sociólogos à Índia, à Bulgária e à Bélgica.

Assim, como a economia brasileira se reflete no modelo de Alvin Toffler, a educação apresenta as mesmas características. Dessa forma, o Brasil agrário precisa adaptar o ano letivo ao calendário agrícola; o Brasil industrializado deve oferecer disciplinas e cursos correspondentes às necessidades

do setor secundário da economia; enquanto o Brasil da terceira onda utiliza os computadores para elaborar os deveres de casa e acessar novas informações e serviços.

Um ponto é, porém, indiscutível. A escola tradicional, nos moldes daquela em que estudamos, e que passou apenas pelas mudanças impostas pelas reformas de ensino, está obsoleta. Neste mundo em progressiva aceleração, várias profissões estão desaparecendo; centenas, milhares de postos de trabalho são rapidamente extintos; milhões de trabalhadores se encontram repentinamente desempregados e sem novas opções; milhares de jovens, a cada ano, perambulam pelas ruas em busca do sonhado primeiro emprego – e não encontram a colocação.

Não se pode, no entanto, apenas culpar a escola, já que, ao longo das décadas, ela cumpriu fielmente a missão que lhe foi conferida: a de preparar os alunos para tarefas rotineiras e repetitivas; para cumprir determinações; a de treinar mão-de-obra com baixa qualificação e, por isto mesmo, barata.

Entretanto, Sr. Presidente, o impulso da *terceira onda* já se faz sentir. A criatividade, a inovação, o interesse pela auto-superação e pelo autocrescimento passaram a ser qualidades procuradas pelos empregadores. A própria televisão nos mostra isso, quando, por exemplo, anúncios publicitários da empresa Shell, no canal *Discovery*, apresentam jovens que há algum tempo seriam chamados de hippies ou de ecologistas radicais e hoje são biólogos, geólogos, gestores de programas de proteção ao meio ambiente, etc.

Podemos notar, Sr's e Srs. Senadores, que a escola tradicional seguia – e ainda segue – diretrizes rígidas, capacitando os indivíduos para as profissões específicas, com currículos e programas padronizados em nível nacional. As empresas definiam o número de vagas por ocupação e a escola procurava preparar o material humano para suprir essa demanda.

A escola de que precisamos vai muito além. Para oferecer uma educação que corresponda às expectativas da sociedade, a escola da terceira onda deverá estar atenta às novas necessidades das famílias e dos alunos e à realidade do mundo do trabalho, em constante mutação.

Para atender a esse novo mercado de trabalho, altamente competitivo, há necessidade de que a escola proporcione aos estudantes a oportunidade de desenvolverem novas habilidades. Dentre as

competências explicitadas por empresários atuantes, os estudiosos vêm destacando, como essenciais, as seguintes:

- 1º raciocinar, criar e inovar;
- 2º trabalhar em equipe, em regime de colaboração;
- 3º usar computador no seu trabalho;
- 4º dominar uma segunda língua (de preferência o inglês);
- 5º assumir riscos; e
- 6º tomar decisões e resolver problemas.

Segundo os especialistas da educação, em breve, quem tiver uma formação muito verticalizada poderá vir a ficar sem emprego. Uma das tendências é que os estudantes universitários, em futuro próximo, não mais se graduem em apenas um curso, mas em três ou quatro opções profissionais distintas. Outra tendência aponta para a possibilidade de 80% dos empregos atuais desaparecerem, em médio prazo, substituídos por novas profissões.

A esses desafios junta-se a opinião de vários economistas, para quem considerar o emprego como uma questão de demanda e oferta é uma visão inteiramente superada. Defendem eles que o importante agora é o crescimento; que, para crescer mais, é preciso ter maior competitividade – o que só se consegue com mão-de-obra qualificada. Logo, é preciso reformular o ensino brasileiro e investir no avanço educacional das novas gerações.

Segundo esse novo enfoque, busca-se valorizar o ensino profissionalizante como uma alternativa para os jovens. A profissionalização de trabalhadores e estudantes passa a ser realizada em três níveis de ensino diferentes: básico, técnico e tecnológico. Em seis anos, e com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), deverá estar concluída a reforma prevista pela Lei 9.394, de 1996. Essa concentração de recursos no ensino profissionalizante é, segundo o atual Ministro da Educação, uma tendência cada vez mais difundida nos países desenvolvidos.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, trouxe-lhes esses comentários porque é com prazer que constato que a terceira onda está chegando ao Estado do Tocantins. Encontra-se em fase final de construção a Escola Técnica Federal de Palmas, incluindo cinco blocos, entre administração, salas de aula do curso básico; laboratórios de saneamento e informática; subestação de energia elétrica; depósito de água, instalações telefônicas, etc.

Essa, Srs. Senadores, é a conclusão de uma luta iniciada pelo Governador Siqueira Campos, em

1989, quando do seu primeiro mandato. Há onze anos, portanto. As obras de construção da Escola foram iniciadas em janeiro de 1995, após convênio entre o MEC e a Prefeitura de Palmas, durante a gestão do nosso jovem Senador Eduardo Siqueira Campos.

Pelo cronograma de execução, até o próximo dia 31 deste mês de março, estarão terminadas todas as obras daquele estabelecimento de ensino, com exceção do Ginásio de Esportes.

Segundo informações encaminhadas pelo Professor Francisco Aldivino Tavares, assessor especial da Secretaria de Educação do Estado e responsável pelo acompanhamento do processo de implantação daquela Escola Técnica, a instituição iniciará seu funcionamento ministrando os cursos:

– Básicos – com duração variada, destinados a proporcionar ao trabalhador, qualquer que seja o nível de escolaridade, conhecimentos que permitam sua reprofissionalização, qualificação e atualização para o exercício das profissões demandadas pelo mercado do Estado de Tocantins. Os concluintes dos cursos básicos receberão certificados de qualificação profissional; e

– Técnicos – com duração de dois anos (1600 horas/aula), visando à formação, habilitação e certificação de técnicos; destinados a jovens e adultos que estejam cursando ou já tenham cursado o ensino médio.

A partir do ano 2002 ou 2003, com a implantação do CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica –, a Escola Técnica Federal de Palmas passará a oferecer, além dos cursos básicos e técnicos, também cursos superiores adequados às necessidades do mercado de trabalho tocantinense.

Voltando ao Ensino Profissional a ser ministrado nos cursos básicos e técnicos, é enorme a expectativa da população da Capital do Estado do Tocantins, pois é do conhecimento de todos que a edificação do estabelecimento estará concluída até, no máximo, o próximo mês de abril. Falta, portanto, aproximadamente um mês.

Espera-se, portanto, que, no segundo semestre deste ano 2000, as salas de aula sejam ocupadas por alunos e professores, uma vez que os cursos serão organizados em módulos didáticos, articulados e integrados, e não mais em currículos e programas rígidos.

Para que esse objetivo se realize, porém, há necessidade de se superarem alguns obstáculos:

1. Embora já haja uma relação de cursos de interesse dos alunos e do empresariado, a definição do número de cursos a serem inicialmente implantados depende da criação do quadro de pessoal da referida Escola. Esse está sendo o grande problema hoje no Brasil, Sr. Presidente. Quando se fala em criar quadro de pessoal, parece que o Governo fica totalmente atemorizado.

2. Urge a nomeação de um Diretor-Geral **pro tempore**, para ultimar os preparativos de funcionamento da instituição, assim como a aquisição dos equipamentos indispensáveis.

Caso essas contingências sejam solucionadas, já no próximo semestre alguns dos cursos indicados pela pesquisa começarão a ser ministrados, a exemplo de informática, enfermagem, edificações, saneamento, telecomunicações e turismo. Portanto, Sr. Presidente, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho **loco** regional.

Acreditamos no interesse do Poder Executivo em proporcionar as condições necessárias ao funcionamento da Escola Técnica Federal de Palmas, ainda neste ano 2000. Uma escola, Sr. Presidente, sob todos os aspectos, moderna.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu pronunciamento na cerimônia de apresentação do "Avança Brasil": Plano Plurianual 2000/2003 e do Orçamento da União para o ano 2000, no Palácio do Planalto, foi bastante enfático – e aqui lhes reproduzo as palavras de Sua Excelência:

"Não vamos nos esquecer de que, com o impulso que demos ao ensino primário, abrimos, agora, uma pressão enorme sobre o ensino secundário. (...) Estamos mudando a função do ensino profissionalizante. (...) Estamos flexibilizando os currículos. (...) Mas, em termos quantitativos, precisamos aumentar, e muito, o número de brasileiros e de brasileiras que têm acesso ao ensino médio. É vergonhoso o nosso índice. (...)

Temos, hoje, 6 milhões e 700 mil crianças ou adolescentes no ensino médio. A nossa proposta é de que tenhamos 10 milhões de crianças no ensino médio. (...) Para isso, temos recursos na proposta desse Plano "Avança Brasil", de fazer 200 novas escolas técnicas, nas quais vamos treinar 500 mil alunos, em 4 anos.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a Escola Técnica Federal de Palmas terá como missão preparar, profissionalmente, mais de setecentos jovens. É um contingente expressivo de brasileiros que pretende trabalhar para o futuro do Estado e do

País. Esses estudantes, assim como a população tocantinense, confiam nas palavras do Supremo Mandatário: O Brasil está construindo uma nova Nação, uma nova sociedade, um novo País, um País que vai ser muito melhor do que o País que herdamos.

Portanto, Sr. Presidente, aqui os meus apelos para que as autoridades federais ligadas à educação propiciem os recursos necessários, os meios, o quadro de pessoal para que a Escola Técnica Federal de Palmas comece a funcionar no segundo semestre do ano em curso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 545, 665 e 681, de 1999, por versarem sobre o mesmo assunto.

Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 8 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores Francelino Pereira, Mauro Miranda e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a cidade histórica de Diamantina cede espaço, proximamente, para ali se realizar reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, a entidade criada por Juscelino Kubitschek com a missão de arrancar do subdesenvolvimento uma imensa região brasileira onde, não obstante, continuam perdurando os mais preocupantes níveis de desigualdades regionais no Brasil.

Falo do Nordeste, cujos problemas de desenvolvimento se confundem com os que temos nas áreas do Norte do Espírito Santo, no Norte de Mi-

nas, e aqui, neste Vale do Jequitinhonha, que tem como porta de entrada a histórica e maravilhosa cidade de Diamantina, pela mãos da Unesco erigida à condição de Patrimônio Histórico da Humanidade.

Essa vasta área, onde vive um terço da população brasileira, tem sabido responder aos investimentos que nela foram aplicados dentro dos mecanismos de renúncia fiscal, conduzidos pela Sudene.

Ainda recentemente, no dia 13 deste mês, seu superintendente, Prof. Marcos Formiga, esteve em Belo Horizonte, onde, em palestra na Federação das Indústrias de Minas Gerais, mostrou, com dados concretos, que as empresas implantadas com apoio daqueles incentivos, vêm recolhendo aos cofres públicos de 3 a 5 vezes o montante dos recursos recebidos através da Sudene.

Só o IPI gerado pelas empresas incentivadas chega a 63,6% de todo o IPI da região, enquanto, de ICMS, as mesmas empresas recolhem 59,7% do tributo estadual recolhido pelo setor industrial.

Se é chegada a hora de modernizar a Sudene, como se anuncia, também devemos ampliar o vislumbre atualmente em foco, no que toca ao cumprimento do que prevê a Constituição Federal em seu art. 3º, inciso III, ao incluir expressamente, como um dos objetivos fundamentais da República, a redução das desigualdades regionais.

Recorro, mais uma vez, às estatísticas que o Prof. Marcos Formiga revelou em sua palestra na Capital mineira. Os dados chegam a humilhar, quando indicam que no Nordeste o volume de incentivos apresenta sucessivas quedas, passando de 13,9%, em 1997, para 11,6% em 1999.

Ao contrário, no Sudeste, que é a região mais desenvolvida do País, as cifras apresentam crescimento, com um salto de 42,8% em 1997 para 49,8% no ano passado.

É bom destacar: quase a metade dos incentivos fiscais no Brasil contemplaram a região Sudeste!

Como lembrou o Superintendente Marcos Formiga, a decisão de incluir uma parte de Minas na área de atuação da Sudene inspirou-se na sua semelhança com o Nordeste. Por isso, empenhei-me profundamente para que esse objetivo fosse alcançado, numa luta iniciada antes mesmo da minha primeira eleição para Deputado Federal, em 1962.

Agora, quando o Conselho Diretor da entidade reúne-se em terras mineiras, é oportuno lembrar que a luta mais do que nunca precisa ter seqüência.

A Sudene implantou na região mineira aqui referida 226 projetos industriais, agroindustriais, agropecuários, agrícolas, de turismo, de telecomunicações e de energia. O valor chega R\$7 bilhões e 660 milhões. Desses, 163 projetos foram concluídos, 50 excluídos e 13 se acham em implantação.

Desenvolver o Nordeste e as extensões mineiras e capixabas da Sudene é um imperativo do Brasil atual, que precisa crescer, mas de forma harmônica, para que, efetivamente, possa ser alcançado o ideal que inspirou o criador da Sudene, o estadista Juscelino Kubitschek.

É também em homenagem a esse grande brasileiro que a reunião do Conselho da Sudene vai ter lugar em sua cidade natal, Diamantina, no ano do centenário de nascimento de Juscelino.

Ao final, desejo incorporar a este pronunciamento o discurso que o Deputado Federal mineiro Cleuber Carneiro proferiu por ocasião da sessão com que a Câmara dos Deputados comemorou o 40º aniversário de criação da Sudene. Com isso, rendo homenagem a uma das mais expressivas figuras da política mineira e nacional, que é esse filho da região mineira da Sudene, ali eleito.

Senhor Presidente, Srs e Srs. Deputados, a criação da Sudene foi uma resposta à constatação de que as diferenças regionais deveriam ser minimizadas, como base para o desenvolvimento equilibrado da economia nacional.

Havia, como há hoje, a percepção de que a região Nordeste necessitava de uma intervenção criativa por parte das políticas públicas para que fosse rompido o círculo vicioso da miséria que aprisionava milhões de famílias brasileiras.

A falta de chuvas e de terras em condições ótimas para a agricultura, a concentração de renda e a predominância de agropecuária de subsistência deveriam ser substituídas por atividades que aproximasse o Nordeste dos centros mais dinâmicos da economia nacional.

Passados quarenta anos, podemos dizer que foi possível avançar bastante e, também, que muito ainda resta por fazer. De certa forma, os mesmos objetivos se renovaram, no contexto da globalização, que trouxe ao País novos paradigmas de eficiência e produtividade.

À distância entre o Nordeste e o Centro-Sul do País acrescentou-se a distância em relação aos centros financeiros e tecnológicos mundiais. Mais do que nunca, tornam-se imprescindíveis políticas de

desenvolvimento regional que amparem os setores menos produtivos e sirvam de alavancas para a criação de um modelo econômico includente e auto-sustentável.

A Sudene tem atuado nas áreas de capacitação de mão-de-obra, produção e armazenamento de informações, planejamento e programação de obras e serviços. Foram desenvolvidos projetos de incentivo agrícola e de irrigação, e nos setores de energia elétrica, saneamento, transporte e turismo. Foi também montada uma base de dados estatísticos e um sistema de contas regionais para acompanhar a evolução socioeconômica da área analisada.

Desde o início dos trabalhos da autarquia, o Nordeste aumentou de 13% para 16% sua participação no PIB nacional. O Fundo de Investimentos do Nordeste—FINOR já financiou mais de dois mil projetos, responsáveis pela geração de cerca de 400 mil novos empregos diretos, com a injeção de mais de R\$13 bilhões na economia regional.

Em relação à economia mineira, que acompanhamos mais de perto, os avanços foram muito significativos.

Em 1998, o Vale do Jequitinhonha passou a fazer parte da área de atuação do órgão, junto com o Norte de Minas, incluído desde o início. Desde então são 140 municípios, com uma população de mais de dois milhões de pessoas beneficiadas pelos programas da Sudene.

Naquela região, prevaleciam a pecuária de corte, a cultura algodoeira e a agricultura de subsistência. A atividade industrial era incipiente e destinava-se a processar algodão e produtos alimentícios tradicionais. Fabricava-se tela de algodão em Montes Claros, aguardente de qualidade na zona ribeirinha do São Francisco, em Januária, em Salinas e açúcar em Bocaiúva.

Os incentivos fiscais e os programas de planejamento da Sudene permitiram a criação de um parque industrial com elevado nível organizacional e tecnológico, em Montes Claros, a Capital da Sudene em Minas, Pirapora e Várzea da Palma, principais pólos. Foram implantadas indústrias químicas, mecânicas e metalúrgicas, de transporte e de material eletrônico, sem falar da produção têxtil com grande impacto na geração de emprego. Hoje, espera-se e pede-se também uma atuação mais difusa e diversificada para todos os Estados e tantos municípios, quanto possível.

Foram, no total, 226 projetos implantados em Minas Gerais, nos mais diversos setores econômi-

cos, com um total de investimentos de R\$7,5 bilhões (22% oriundos do Finor). Deve-se ressaltar que mais de 700 empresas, da indústria, agropecuária e construção civil beneficiam-se atualmente dos incentivos de reinvestimento, redução e isenção do imposto de renda. Os novos projetos em implantação irão demandar investimentos totais de R\$5,8 bilhões.

No aspecto social, o impacto da Sudene tem sido enorme. Foram gerados, através dos incentivos do Finor, 56 mil empregos diretos e 225 mil empregos indiretos. No norte de Minas, 78% da população economicamente ativa (360 mil pessoas) vinculam-se a projetos da Sudene.

São muitas realizações, em todas as áreas. Sem aprofundarmos em detalhes, citamos algumas: expansão das linhas de transmissão de energia; implantação dos sistemas de DDD e DDI na telefonia regional; implementação da rodovia BR-135; viabilização da Ponte de Maria da Cruz (Prodetur); cursos de alfabetização em convênios com Senar e Sebrae; implantação de silos e armazéns municipais e estímulo ao desenvolvimento de distritos industriais; aproveitamento racional de recursos hídricos, através de poços, açudes e barragens.

São dados que comprovam a importância da atuação da Sudene em Minas Gerais, hoje com um homem de bem como diretor, o ilustre Dr. Roberto Amaral. E quanto mais aprofundarmos a análise da economia nordestina, mais ficaremos convencidos de que a região tem dado respostas altamente positivas aos estímulos que recebe.

A decisão de transformar a Sudene numa agência de desenvolvimento abre novas perspectivas para a participação das empresas privadas no fortalecimento da infra-estrutura produtiva da região. Nesse contexto, merece apoio o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que inclui o Norte do Espírito Santo, o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Sem dúvida, temos com ele maiores possibilidades de inserir os programas estaduais nos programas de modernização da economia nacional.

Faço aqui também, por dever de justiça, um registro especial do Banco do Nordeste, no contexto da Sudene.

Vivemos um momento de inflexão na História brasileira. Vemos que o perfil da economia nacional sofre mudanças, com impactos ainda não totalmente previsíveis sobre a sociedade. É portanto, imprescindível que as lideranças políticas das regiões menos desenvolvidas saibam articular-se para definir

um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado.

Para que o Brasil reencontre os caminhos do crescimento e da harmonia social, não tenhamos dúvida de que precisamos atualizar os ideais progressistas que motivaram a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Em nome do PFL de Minas Gerais, lembrando e homenageando JK, do Nordeste de Celso Furtado e de todos os cidadãos brasileiros interessados no futuro desta Nação, saúdo a Sudene, com respeito, na certeza de sua revitalização e eficácia, já que importante para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo na tarde de hoje a tribuna desta Casa para falar sobre o Mercoeste, bloco integrado pelos Estados do Centro-Oeste e por três Estados do Norte do Brasil, e também para registrar o transcurso do seminário realizado no Senai de Taguatinga no qual se discutiu uma nova fase do projeto de alavancagem desse importante e novo pólo de desenvolvimento regional.

O Mercoeste é um esforço de articulação planejada, liderado pelas entidades representativas do setor produtivo do Distrito Federal e dos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás que visa a aglutinar as forças empresariais, políticas e comunitárias do Oeste brasileiro com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento auto-sustentado dessa imensa região.

O Oeste brasileiro ocupa 27% do território nacional, abrangendo uma área de 2 milhões 282 mil 160 quilômetros quadrados. É uma região que possui um mercado produtor e consumidor de mais de 13 milhões de habitantes e que se afirma, atualmente, como a principal área de expansão econômica do Brasil, inserida no centro dos eixos de desenvolvimento inter-regional existentes no País.

Conhecedoras de todas essas potencialidades, desde setembro de 1997, as Federações de Indústrias da região vêm envidando esforços para a formação do Mercoeste e a criação de políticas comuns para o desenvolvimento e a integração dos Estados participantes.

Ao longo dos últimos anos, veio sendo discutida, formulada e testada experimentalmente uma proposta de estratégia para alavancar o crescimento do oeste brasileiro com o aproveitamento de forma conjunta,

tanto das potencialidades quanto das diferenças de cada um dos Estados participantes.

Foi então elaborado, pelos Departamentos Regionais do Senai das sete unidades da Federação envolvidos, um projeto estratégico, denominado Alavancagem do Mercoeste, que contou com o apoio do Departamento Nacional da entidade e da Federação das Indústrias de cada Estado (Fibra, Fieac, Fieg, Fiems, Fiemt, Fiero e Fieto).

A metodologia que o sustenta foi inicialmente restada e validada no Distrito Federal, sob a denominação de Projeto-Piloto DF 2000, “um projeto de desenvolvimento regional competitivo, sistêmico e endógeno”, capaz de promover o tão buscado, desenvolvimento sustentado, tanto em nível local quanto regional.

A orientação fundamental desse projeto é o incremento da competitividade regional do oeste brasileiro em padrões internacionais, com base em experiências e modelos bem-sucedidos de desenvolvimento regional, implantados na Itália e na Alemanha – países que também possuíam acentuadas disparidades regionais.

Senhor Presidente, todas as iniciativas foram amplamente discutidas entre 13 e 17 de março, no seminário realizado no Senai de Taguatinga, com a definição das cadeias produtivas que serão estudadas em cada um dos demais Estados do Mercoeste, nos moldes do trabalho desenvolvido com êxito no Distrito Federal, em 1999.

O seminário contou com a participação dos representantes das federações de indústrias, dos governos das sete integrantes do bloco e de técnicos do Ministério da Integração Nacional e de entidades parceiras como o Sebrae.

Durante a semana de encontros, foram amplamente discutidos conceitos como integração, competitividade e desenvolvimento regional, destacando-se como principais os seguintes temas: agências regionais de desenvolvimento, eixos nacionais de desenvolvimento, o modelo italiano, competitividade empresarial e políticas participativas de desenvolvimento.

Senhoras e Senhores Senadores, a expansão das ações do Projeto Alavancagem do Mercoeste para os demais Estados deverá ser iniciada no presente ano e exigirá atuação, concomitante dos participantes, em face da complementariedade e integração de suas economias.

Como representante de Goiás nesta Casa, eu não poderia deixar de destacar a importância do Mercoeste para meu estado e as ações que lá já estão sendo implementadas.

O Governo e as lideranças políticas e empresariais de Goiás têm tanta consciência da importância da formação desse bloco que já está em marcha a abertura do escritório do Mercoeste em Goiânia, tendo sido iniciado o levantamento, em território goiano, das principais cadeias produtivas a serem incentivadas no contexto do novo bloco regimental.

Esse levantamento tem por objetivo mapear as principais atividades econômicas do estado e a atuação dos empresários locais, assim como detectar quais as novas oportunidades de negócios que se apresentam.

Senhor Presidente, para mim, que fui um incentivador do Mercoeste, desde a primeira hora, é motivo de grande satisfação vê-lo começar a tornar-se realidade.

Na Fase I das atividades do Mercoeste, serão estudadas prioritariamente as cadeias produtivas consideradas integradoras, como a da agroindústria e a do turismo.

Sem sombra de dúvida essas áreas de atividade econômica se destacam como prioridades, pois o Oeste brasileiro é a maior região produtora de grãos da América do Sul, possuindo a maior área agricultável disponível hoje no mundo (cerca de 110 milhões de hectares) e concentrando 40% do rebanho nacional de gado, além de possuir uma das melhores oportunidades de expansão da indústria do turismo no País, representada pela região do Pantanal Mato-Grossense.

Ao concluir, gostaria de registrar, com satisfação, que não tem faltado ao Mercoeste o apoio de instituições governamentais, de organismos de fomento e de lideranças políticas e empresariais, numa demonstração de que o desenvolvimento do Oeste brasileiro e a melhoria das condições de vida do povo da região são capazes de reunir Governo e sociedade civil em torno de um mesmo objetivo.

Finalmente, gostaria de parabenizar os presidentes de todas as Federações de Indústrias dos Estados integrantes do bloco regional pelos esforços envidados e desejar pleno êxito à nova e decisiva fase de implantação do Mercoeste, que ora começa a se concretizar.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há 156 anos.

o Padre Cícero Romão nascia na cidade de Crato, no Ceará. Filho de religiosos, desde muito cedo foi introduzido na Igreja, fé que se cristalizou com a sua ida para o seminário, onde se ordenou sacerdote ... ano de 1865.

Fixou residência na cidade de Juazeiro, na qual celebrou a sua primeira missa em 1871, a convite do Professor Semeão Correia de Macedo. Desde então, deu início a uma obra que se perpetuou graças a um incansável trabalho junto às comunidades carentes e à sua preocupação em restabelecer a ordem e os bons costumes naquela cidade.

A natureza afável e fala mansa foram pouco a pouco atraindo um número maior de fiéis para a sua paróquia. Histórias de milagres começaram a surgir em torno de seu nome e, a partir de então, milhares de pessoas começaram a chegar àquela localidade em busca de curas e de assistência espiritual.

Chamado a falar sobre os acontecimentos que começaram a marcar a pequena cidade do interior cearense, uma comissão de inquérito com sacerdotes competentes, Padre Cícero acabou sendo suspenso da Ordem e proibido de oficiar atos religiosos.

O seu reconhecimento veio algum tempo depois. À medida que o tempo passava aumentava o número de fiéis em busca dos milagres a ele atribuídos, transformando-o num verdadeiro santo para o povo cearense.

Nesta data, 24 de março, a população de Juazeiro comemora os 156 anos de nascimento do Padre Cícero, o "Patriarca de Juazeiro", com uma série de homenagens contando a sua história e os seus feitos.

Esta é a homenagem que presto ao homem que até hoje leva esperança e fé ao coração de milhares de peregrinos que visitam anualmente aquela cidade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 48 minutos.)

**Ata da 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 23 de março de 2000.**

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil, às nove horas e trinta minutos, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Antonio Carlos Magalhães, Presidente; Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente; Carlos Patrocínio, 2º Secretário; e Casildo Maldaner, 4º Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião e apresenta os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimentos nºs 71, de 2000, de autoria da Senadora **Heloísa Helena**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; 73, de 2000, de autoria da Senadora **Heloísa Helena**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; 80, de 2000, de autoria do Senador **Leomar Quintanilha**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde; 82, de 2000, de autoria do Senador **Leomar Quintanilha**, ao Ministro de Estado do Meio Ambiente; 83, de 2000, de autoria do Senador **Ademir Andrade**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; 89, de 2000, de autoria do Senador **Ademir Andrade**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia; 96, de 2000, de autoria da Senadora **Heloísa Helena**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; 97, de 2000, de autoria da Senadora **Heloísa Helena**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça; 102, de 2000, de autoria do Senador **Ademir Andrade**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; 104, de 2000, de autoria do Senador **Gerson Camata**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça; e 106, de 2000, de autoria da Senadora **Heloísa Helena**, solicitando informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. O Senhor Presidente comunica que, de acordo com o artigo sétimo do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, distribuiu anteriormente os requerimentos ao Senador Carlos Patrocínio para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Carlos Patrocínio apresenta seus Relatórios concluindo favoravelmente aos requerimentos. Submetidos à discussão e votação, são os Relatórios aprovados pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 2:** Requerimento nº 114, de 2000, de autoria do Senador **Ademir Andrade**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. O Senhor Presidente, de acordo com o artigo sétimo do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, distribui o requerimento ao Senador Nabor Júnior para relatar. Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, ao tempo em que determina que eu, *Raimundo Carreiro Silva* (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dez horas, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, em 23 de março de 2000.

Antônio Carlos Magalhães
Senador **Antônio Carlos Magalhães**
Presidente

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluc Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 30.6.99)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265
311-4552
Chefe: Marcello Varella

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: JISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA
 Vice-Presidente: BELLO PARGA
 (27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARD	TO	4070/4072	7. VAGO		
	RR	1160/1163	8. VAGO		

O SIQUEIRA CAMPOS

MOZARILDO CAVACANTI

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUÍZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (I)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(I) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

11/02/2000

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

Atualizada em

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
(I) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(I) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPIÑO
 Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
 (23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C.	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
VALADARE	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
S - PSB	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT					
JEFFERSON PERES - PDT					

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

:11.02.2000

Atualizada em

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSE FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAN BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. CAVALCANTI	SP	2051/2057
	TO	4070/4072	5. ROMEU TUMA	MA	2311/2317
EDUARD	MA	3069/3072	6. EDISON LOBÃO	SE	4055/4057
			7. MARIA DO CARMO ALVES		

O SIQUEIRA CAMPOS

BELLO

PARGA

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA -PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA - PT		3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES - PTD		2331/2337	3. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB	L	4229/4230	4. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT		2181/2187	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067
	RS				
	RJ				
	AC				

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUTZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Paritários

Horário regimental Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em 11/02/2000

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

PFL

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

PSDB

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37

(I) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(I) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 11/02/2000

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

		PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/67
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/04
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/57
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/07
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: juloric@senado.gov.br

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COST

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 07/02/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

22/03/2000

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C.	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPILCY - PT	SP	3215/3217
VALADARE	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
S - PSB	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
EMILIA FERNANDES - PDT	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
GERALDO CÂNDIDO - PT					
ROBERTO FREIRE - PPS (1)					

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidência de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Atualizada em :1º/03/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA VAGO	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
PAULO GOMES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
25/01/2000

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	821	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 06	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3420
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	* 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1246	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	*01	311 2351	323 4448	Luzia Toledo	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO CÖELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* Gabinetes localizados no Anexo III
Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Ccorreio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil Agência 3602-1 conta nº 170500-8 ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado.

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edicoes Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienacão de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoracao e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORACÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não sera recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

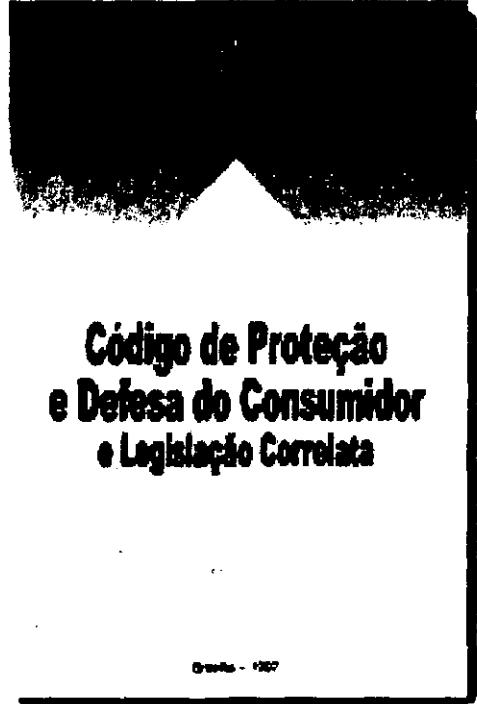
Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

00000 - 1007

Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



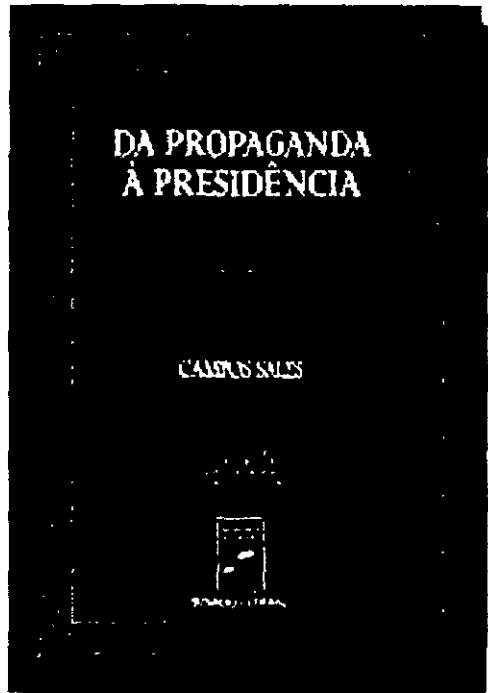
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS